



2.º	Processo N.º 13814-001.614/90-61
C	De 07 / 02 / 1994
C	Rubrica

147

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 13814-001.614/90-61

Sessão de 26 março de 1993

ACORDÃO N.º 203-00.339

Recurso n.º 90.533

Recorrente SALVADOR CHECCHIA

Recorrida DRF EM SÃO PAULO - SP

ITR - Lançamento efetivado com base nas informações prestadas ao INCRA, através da Declaração para Cadastro de Imóvel Rural-DP, com fulcro na legislação pertinente, é de ser mantido integralmente. O pedido isenacional deverá ser formalizado diretamente ao INCRA, até 31 de dezembro do exercício, com efeitos tributários nos exercícios subsequentes, nos termos da legislação específica. Recurso a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SALVADOR CHECCHIA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1993

ROSALVO VITAL GONZAGA DOS SANTOS - Presidente

TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS - Relator

DALTON MIRANDA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 16 ABR 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SÉRGIO AFANASIEFF, MAURO WASILEWSKI e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



148

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo Nº 13814-001.614/90-61

Recurso Nº: 90.533
Acordão Nº: 203-00.339
Recorrente: SALVADOR CHECCHIA

R E L A T O R I O

Insurge-se o Contribuinte contra a notificação de lançamento do ITR/90, sobre a gleba de sua propriedade, cadastrada sob nº 637.041.021.12/5, pelo INCRA.

Em sua defesa, aduz que a totalidade do imóvel é improdutiva, por força do Decreto nº 99.547/90 que impede sua exploração, tendo-se presente que a área é coberta por vegetação consistente em capoeira e matas naturais, não apresentando, portanto, condições adequadas para atividades agrícolas ou pastoris.

Junta os documentos de fls. 3/21.

O INCRA manifesta-se às fls. 22/23, para informar que:

a) não localizou, em seus arquivos, nenhum pedido de isenção do ITR em nome do Contribuinte;

b) o lançamento em apreço (Ex.1990) teve por base as informações prestadas ao INCRA, no DP de 1987;

c) foi concedido o benefício da isenção do ITR, para a área de 212,9 ha, equivalente a 20% da gleba (art. 16 da Lei nº.... 4.771/65);

d) finaliza, orientando o Contribuinte para que, nos termos dos arts. 3º e 5º da Lei nº 4.771/65 e especialmente a Instrução Especial INCRA nº 08/75m através de formulário próprio e de nova DP faculta-lhe requerer a isenção do ITR, que seu caso em particular comporta, no prazo de até 31 de dezembro do exercício, para secue-

efeitos tributários no exercício seguinte.

A Decisão de 1ª Instância Administrativa manteve o lançamento, expedindo a seguinte ementa:

"ITR - Os valores do ITR, Taxa de Serviços Cadastrais e Contribuições, exigidos através da notificação do ITR/1990, estão corretos, de acordo com a legislação de regência.
IMPUGNAÇÃO INDEFERIDA."

Não conformado com a Decisão Monocrática, dela singelamente recorre às fls. 31, repisando os termos da Impugnação.

É o relatório.

segue-

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS

Recurso em prazo, renunciando, pois, condições de admissibilidade.

Quanto ao mérito, não vejo como acolher as razões do Recorrente.

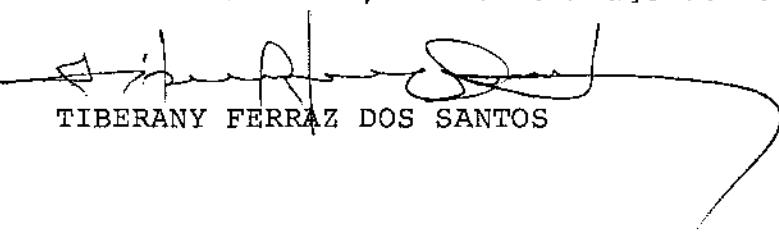
Com efeito, o lançamento em litígio foi elaborado com base nas declarações cadastrais prestadas pelo próprio Contribuinte (DP de 1987), com fulcro na legislação vigente, como esclarece com detalhes o próprio INCRA em sua Peça de fls. 22/23.

Ademais, tenha-se presente que, com base nessa mesma DP/1987, de autoria e lavra do Contribuinte, foi-lhe reconhecida isenção do ITR, na proporção de 20% da totalidade da gleba, critério plenamente aceito pelo Contribuinte para os exercícios anteriores, conforme os Documentos de fls. 3/21, por si juntados, o que comprova que a propriedade tinha seu valor comercial, e daí o seu VTN para fins tributários.

Por outro lado, em não pleiteando os favores isencionais previstos nos arts. 3º e 5º da Lei nº 4.771/75, art. 5º da Lei nº 5.868/72, disciplinado pela Instrução Especial INCRA nº.... 08/75, não poderá agora vir dela beneficiar-se indiretamente por decisão deste Colegiado; tal pedido deverá ser formalizado nos moldes da legislação citada, por isso que a via ora escolhida é inadequada.

Por tais fundamentos, nego provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1993


TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS